

Debate sobre fundações privadas chega à Assembléia Legislativa

A realização, no dia 21/11, de audiência pública promovida pela Comissão de Educação, levou para dentro do poder legislativo estadual o debate sobre as fundações privadas “de apoio” às universidades públicas. Na presença de deputados, do presidente do TCE e de representantes das fundações, o professor Ciro Correia, presidente da Adusp, declarou que essas entidades “geram heteronomia e conflito de interesses” e que não financiam a USP (p. 4). A aprovação pela Assembléia Legislativa, em setembro último, de lei que autoriza o governo a contratar “fundações centrais de apoio”, bem como a apresentação de projeto que dispõe sobre a contratação de fundações privadas pelas universidades, são fatos que revelam a atividade lobista dessas entidades junto a alguns deputados (p. 2).

FOLHA DE S. PAULO VETA CARTA ABERTA A FHC

“Sua declaração rancorosa não foi gafe, mas a expressão de uma política”

Em resposta ao presidente Fernando Henrique Cardoso, que declarou, no dia 27/11, serem os professores “coitados”, nove associações que representam docentes e trabalhadores do ensino (Adfatec, Adufscar, Adunesp, Adunicamp, Adunifesp, Adusp, Andes Regional S. Paulo, Sinpeen e Sinteps) manifestaram, em carta aberta, sua indignação em relação às palavras de FHC. A carta teve sua publicação como informe publicitário vetada pela *Folha de S. Paulo*. A seguir, o texto na íntegra:

“Senhor Presidente,
Entendemos que sua declaração rancorosa sobre a pro-

fissão de professor, um ‘coitado’ que ‘vai dar aula a vida inteira e repetir o que os outros fazem’, não foi uma gafe, mas sim a verbalização da política educacional de seu governo.

Entendemos que o ensino e a pesquisa são manifestações dos processos de desenvolvimento, apropriação e divulgação de um dos maiores bens da humanidade: o conhecimento. Ensino e pesquisa são indissociáveis e nenhum deles é, ou poderá ser, feito por incapazes.

Talvez seu destempero se deva à longa greve das universidades federais, que tanto desgaste provocou a seu governo. Mas, sua política de

desmonte do ensino público, disfarçada em incapacidade de lidar com essa questão, não pode servir de motivo para as suas aulas de rancor e verborragia.

Apesar de sua política irresponsável, continuaremos a ter esperança em um futuro melhor, com respeito e dignidade. E procuraremos passar, com alegria, essa esperança a todos nossos alunos e alunas. Temos certeza de que no futuro os jovens ainda aprenderão com seus professores a extrair lições do momento histórico que hoje vivemos, para que este país nunca mais sofra os incalculáveis danos que o seu governo causou.”

Festa da Adusp será dia 7/12. Contamos com você!

A Adusp convida seus associados para a tradicional festa de confraternização, que acontecerá no dia 7 de dezembro, sexta-feira, no Clube dos Professores, a partir das 21 horas.

Venha conversar, dançar e ouvir boa música! Serão servidos jantar e bebida (vinho, refrigerante e cerveja).

Para participar da festa é necessário solicitar convite na secretaria da Adusp até 5/12, pelos telefones (11) 3818-4465 e 3818-4466, fax (11) 3814-1715, ou e-mail secretaria@adusp.org.br. Cada associado tem direito a um convite para si e outro para um acompanhante.

Estado de SP priorizará “fundações centrais de apoio” em contratos e convênios

Está em vigor desde o dia 20/9 a lei nº 10.882, que determina que o Estado de São Paulo priorize “as Fundações Centrais de apoio às Universidades Públicas Estaduais (...) na celebração de convênios de cooperação, contratos de parceria e de prestação de serviços firmados pelos órgãos da administração direta, indireta e fundacional do Estado”.

O projeto de lei, apresentado no ano passado pelo deputado Aldo Demarchi (PPB), foi elaborado a partir de pedido que lhe foi encaminhado por representantes de fundações privadas ligadas às universidades.

De acordo com a assessoria de Demarchi, a expressão “fundação central de apoio” designaria todas as fundações ligadas à USP, Unesp e Unicamp. O deputado, partindo do pressuposto de que as fundações privadas fazem retornar para as universidades o capital nelas investido, alegou como justificativa para sua proposta que, ao privilegiar essas entidades em contratos e parcerias, o governo estadual estaria reinvestindo

em seu patrimônio.

Em material enviado ao Informativo Adusp pela assessoria do deputado, consta que os professores Eduardo Vasconcellos, Isaías Custódio e Almir Ferreira de Sousa, representantes da diretoria da Fundação Instituto de Administração (FIA), ligada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, foram ao gabinete de Demarchi após a aprovação do projeto, para agradecer pela iniciativa.

Críticas da CJ

Em abril de 2000, a Consultoria Jurídica da USP (CJ) encaminhou parecer ao procurador-chefe da Secretaria da Ciência e Tecnologia, criticando o teor do, à época, projeto de lei, alegando que “não há fundamento jurídico ou habilitação legal para que tanto fundações como qualquer pessoa jurídica estranha à universidade sejam indicadas exogenamente como gestoras de recursos públicos, em seu nome”. A advogada Maria Paula Dallari Bucci, da CJ, autora do parecer, questiona ainda quais

serão os critérios para priorizar a contratação das fundações. “A prioridade em questão se refere às fundações

em relação à universidade, em relação a outros entes públicos, em relação a entes privados?”

Projeto de lei autoriza universidades a contratar fundações privadas

O deputado estadual Milton Flávio (PSDB) apresentou um projeto de lei em maio deste ano, o qual autoriza as universidades públicas estaduais de SP a contratar “instituições criadas com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições estaduais contratantes”.

Ele diz considerar importante a criação de critérios para a atuação das fundações nas universidades, para “evitar que elas sejam injustamente acusadas, por conta da falta de legislação”, de não cumprirem com a regulamentação das universidades.

O projeto de lei 260/2001 encontra-se na Comissão de Justiça da Assembléia Legislativa de São Paulo, primeira instância a analisar o pedido. Ainda não há previsão de quando vai a plenário.

“A autonomia universitária não obriga a USP a contratar fundações”, declara a procuradora Maria Paula Dallari Bucci, que está analisando o projeto de lei 260/2001. Ela ressalta que a proposta do deputado pouco tem a acrescentar à Resolução nº 3592 da universidade, que versa sobre as fundações de apoio. “O Regimento da USP é mais rígido do que o projeto apresentado”.

CPI do Banespa investiga Fipecafi

As investigações da CPI do Banespa na Câmara Federal colocam a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis e Atuariais (Fipecafi) sob suspeita de fraude no processo de privatização do banco. A subcontratação, pela Fipecafi, da empresa BDO Directa Consultores S/Comercial para realizar os trabalhos de coordenação da privatização, pelos quais a fundação recebeu R\$ 2,9 milhões, foi apontada pelo presidente da CPI, deputado federal Luiz Antonio Fleury Filho (PTB-SP), como “fraude à lei de licitações”, já que a Fipecafi foi contratada sem licitação pelo Banco Central jus-

tamente pelo fato de ser uma fundação de apoio a uma universidade, e não uma empresa.

Prorrogada por mais quatro meses, a CPI deverá tomar nesta quarta-feira, 5/12, o depoimento do professor Eliseu Martins, diretor da FEA e à época presidente da Fipecafi. Também vai reconvoar membros da fundação, para esclarecer dúvidas que pairam sobre sua atuação na definição do preço de venda do Banespa. A CPI pediu que a fundação apresente a relação dos contratos firmados com a União e dos contratos de terceirização deles derivados.

Salário não acompanha crescimento do ICMS

Na última reunião das comissões de acompanhamento Fórum das Seis-Cruesp (4/10), ficou estabelecido que as entidades sindicais fariam um levantamento da evolução do ICMS e dos salários desde 1995.

O levantamento mostra um crescimento de 87% no ICMS, enquanto os salários sofreram um reajuste de apenas 61%.

Isso significa que, para os salários alcançarem a variação do imposto, é necessário um reajuste de 16% imediatamente. Vale ressaltar que desde 1995 deixamos de receber

mais de 10 salários por conta dessa defasagem.

Essas conclusões serão levadas à próxima reunião com o Cruesp, marcada para dia 6/12, às 10h00, na reitoria da Unicamp.

O Fórum das Seis insistirá para que os salários de docentes e funcionários sejam reajustados, levando em conta o crescimento do ICMS. Deve-se lembrar que, mantidos os atuais níveis, a USP ficará muito longe da utilização de 85% de seu orçamento em gastos com pessoal, como estabelecido pelo próprio CO.

Em curso mais um ataque ao ensino público

Foi aprovada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo a Proposta de Emenda nº 19, de 2001, à Constituição do Estado de São Paulo, na qual se altera o texto do antigo artigo 258, permitindo que os 30% do orçamento estadual destinados ao ensino público possam ser investidos também em “instituições de ensino filantrópicas”.

O artigo 258 passa a ter a seguinte redação: “O Poder Público poderá, mediante convênio, destinar parcela dos recursos de que trata o artigo 255 a instituições filantrópicas, definidas em lei, para a manutenção e o desenvolvimento de atendimento educacional especializado gratuito a educandos portadores de necessidades especiais.”

A alegação foi a de garantir às Associações de Pais e Ami-

gos dos Excepcionais (Apaes) a possibilidade de receber recursos do Estado. Pelo texto aprovado não apenas as Apaes passarão a receber parte dos 30% até agora reservados ao ensino público. Outras entidades “filantrópicas” poderão beneficiar-se também.

Inaceitável

Várias entidades foram convidadas, pelo deputado César Callegari, a manifestar-se perante o colégio de líderes da AL. Todas foram enfáticas na afirmação da atual insuficiência de recursos para o ensino público, considerando, ainda, totalmente inaceitável passar a dividi-los com entidades educacionais filantrópicas privadas.

Foi também lembrado que instituições filantrópicas privadas podem perder o rumo seguro, sendo citado pelo

professor Ciro Teixeira, presidente da Adusp, o caso de uma entidade filantrópica de Franca cuja falência foi decretada em juízo. Ele defendeu fortemente a utilização dos 30% da receita de impostos do Estado exclusivamente para o ensino público, inclusive para a manutenção de classes especiais, quando se fizer necessário.

O representante da Adunicamp, professor Adolpho Hengeltraub, manifestou-se também contra a emenda, lembrando que a expansão de vagas nas universidades públicas paulistas será feita com recursos adicionais aos 30% reservados para a educação, que hoje se revelam insuficientes. Sugereu que recursos para as Apaes, cuja atuação é inegavelmente meritória, sejam consignados no orçamento do Estado como

disposto no antigo artigo 258 da Constituição do Estado.

Mudanças

O projeto de emenda apresentando inicialmente pedia também alteração no texto do artigo 255 da Constituição Estadual. Da redação original (“O Estado aplicará, anualmente, na manutenção do ensino público, no mínimo, trinta por cento da receita resultante de impostos, incluindo recursos provenientes de transferências”) seria retirada a palavra “público”, abrindo assim brecha para que recursos públicos fossem investidos no ensino privado. Após o encaminhamento de dois substitutivos à emenda inicialmente apresentada, a Comissão de Constituição e Justiça da AL, em seu parecer final, manteve a redação original do artigo 255.

Comunidade do IME promoveu escolha paritária do Diretor

Alunos, funcionários e professores do Instituto de Matemática e Estatística (IME) promoveram um processo de escolha direta e paritária para diretor do instituto, como há muito não faziam. Os moldes foram os mesmos da Escolha Paritária do Reitor promovida recentemente pelas entidades.

Apresentaram-se como candidatos os professores Carlos Alberto de Bragança Pereira, Francisco Cesar Polcino Milies, Frank Michael Forger, Hector Alfredo Merklen Golschmidt e Routo Terada.

Votaram no processo 173 alunos, 63 funcionários e 62 professores. O professor Hector Merklen obteve o maior número de votos nas categorias de alunos e professores, ficando em segundo lugar, juntamente com o professor Cesar Polcino, na categoria dos funcionários. O professor Routo Terada foi o mais votado entre os funcionários.

No resultado ponderado, o professor Merklen obteve mais de 40% dos votos; o segundo colocado, professor Terada, ficou com mais de 20%; e o terceiro, professor Polcino, com pouco menos de 14%.

No dia 21/11, realizou-se a votação no colégio eleitoral composto de 81 votantes. O professor Merklen foi o mais votado no primeiro escrutínio, recebendo 37 votos. Como eram necessários 41, a lista só se constituiu no terceiro escrutínio.

O terceiro colocado no processo direto, professor Polcino, encabeça a lista oficial. O professor Merklen, eleito pela comunidade, ocupa o segundo lugar, e o terceiro coube ao professor Terada.

Foi solicitada uma audiência com o Reitor para reivindicar que a sua escolha leve em consideração a vontade da comunidade.

Prefeitura diminui gastos com educação de 30% para 25%

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou, no dia 28/11, o projeto de orçamento para 2002, em que a prefeita Marta Suplicy reduz os investimentos em educação para 25% da receita resultante de impostos (inclusive transferências). A Lei Orgânica Municipal determina que o percentual seja de 30%. Para atingi-lo, a Prefeitura vai classificar como educação os gastos com programas sociais, como Renda Mínima e Bolsa Trabalho.

Também tramita na Câmara um projeto para alterar a Lei Orgânica Municipal, fixando em 25% o percentual exigido para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Nele propõe-se incluir gastos com a aquisição de material, de uniforme e transporte escolar nessa parcela do orçamento. Se aprovado, o município estará reduzindo a obrigação financeira com educação ao piso definido pela Constituição fede-

ral. Legalizará, ainda, a prática de lançar como gastos educacionais aquilo que cabe a outras secretarias.

O transporte de produtos industriais, de trabalhadores ou de um cidadão qualquer, são questões afeitas às secretarias e Ministério dos transportes. Por que o transporte de estudantes seria educação? Da mesma forma, se houvesse distribuição de renda adequada no país, não teríamos tantas crianças que precisam receber comida nos bancos escolares para que a fome não lhes consuma a atenção no aprendizado. Portanto, merenda escolar é assistência social. Do mesmo modo, aposentadoria é previdência social e não educação, mesmo que o trabalhador em questão seja um professor.

Enormes problemas se acumularam ao longo de sucessivas gestões da cidade. Mas não será usando práticas conservadoras que essa realidade será transformada.

Adusp revela, em audiência pública, dados sobre fundações e conflito de interesses

Comissão de Educação da Assembléia Legislativa começa a examinar o tema

Mais de cem pessoas compareceram, no dia 21/11, à audiência pública sobre fundações e universidades públicas, convocada pela Comissão de Educação da Assembléia Legislativa.

O presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Edgard Camargo Rodrigues, participou da audiência, ao passo que os reitores da USP, Unicamp e Unesp, embora também convidados a comparecer, preferiram enviar representantes. A Promotoria de Fundações do Ministério Público e a Secretaria da Educação não enviaram ninguém.

As fundações privadas que atuam na USP e Unicamp compareceram na pessoa de numerosos diretores e advogados, entre eles os professores Antonio Massola, diretor da Escola Politécnica, da FUSP e presidente do Conselho Curador da FDTE, e Tomás Ferreira, presidente da Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (Fucamp).

Estiveram presentes representantes do DCE da USP, da APG e Adunicamp. A Adusp foi representada pelos professores Ciro Correia, presidente da entidade, Osvaldo Coggiola e Otaviano Helene, vice-presidentes.

Documentos

Na explanação de vinte minutos, a primeira após o início dos trabalhos, o presidente da Adusp, recorrendo ao uso de transparências, apresentou extensa série de dados sobre as fundações privadas que agem na USP, entregando cópias dos respectivos documentos à deputada Maria Lúcia Prandi (PT), presidente da Comissão.

O professor Ciro declarou na audiência que as fundações privadas “captam gran-

des somas de recursos públicos, e não privados, e repassam para o setor privado através de pagamentos a pessoas físicas e jurídicas”. Disse também que essas entidades “geram heteronomia e conflito de interesses dentro da Universidade”.

Citando exemplos dos valores repassados à Universidade, ele enfatizou o fato de que “as fundações privadas não financiam a USP” e que esta “é financiada pelo Estado e deve continuar sendo”.

O presidente da Adusp mencionou diversos casos de conflito de interesses envolvendo as fundações privadas. “O próprio Reitor consta da página da FIA (na Internet) como coordenador”, informou ele, referindo-se ao professor Jacques Marcovitch, “e foi contemplado com recursos para uma viagem à Suíça e outros prêmios em pecúnia durante sua gestão na Reitoria”.

“Desregulamentação”

O professor Ciro lembrou que as primeiras tentativas de controlar a atividade das fundações remontam a 1989, por iniciativa do então reitor José Goldenberg, e comparou a proposta de regulamentação apresentada pela atual gestão às resoluções em vigor. Segundo Ciro, a minuta atual “tira do Conselho Universitário a possibilidade de apreciar os convênios” e é “claramente uma proposta de desregulamentação”.

O presidente da Adusp criticou a perseguição desencadeada pela gestão Marcovitch aos estudantes que participaram dos atos de protesto contra a proposta de regulamentação das fundações. “Os alunos ocuparam o CO. Considero que este foi um ato de responsabilidade cívica,



Fotos: Daniel Garcia



Acima: estudante fala durante a audiência. Abaixo: fac-símile de notícia publicada na capa do Diário Oficial do Estado de 22/11

ca, para preservar o interesse público”, disse.

Os representantes das fundações não contestaram a fala do professor Ciro, limitando-se a expor os objetivos e atividades das entidades. Os deputados César Callegari (PSB), Jamil Murad (PCdoB) e Milton Flávio (PPB) pronunciaram-se sobre o tema. Este último, autor de um projeto de lei que autoriza universidades públicas a contratarem fundações privadas, não concordou em ser aparteadado pelo professor Otaviano Helene, havendo alteração. Milton Flávio defendeu as fundações e foi aplaudido pelos representantes dessas entidades.

“Resistência”

O presidente do TCE revelou que as fundações privadas ligadas às universidades sempre foram fonte de preocupação para o tribunal, pela

“dificuldade em situá-las na maneira ortodoxa de administração pública” e pelo fato de que escapavam à conceituação jurídica de fundação, por não disporem de patrimônio, exigido nesses casos.

Edgard Rodrigues declarou, ainda, que o TCE encontrou “resistência” das fundações à fiscalização praticada pelo órgão. As entidades chegaram a munir-se de pareceres na tentativa de evitar a fiscalização, relatou ele, “mas não lograram êxito”, pois “qualquer pessoa pública ou privada que arrecade em nome do poder público tem que prestar contas”.

Ao final da audiência, a Comissão de Educação aprovou proposta do deputado Callegari para que seja encaminhado às fundações privadas pedido de informações sobre contratos realizados entre estas e o governo estadual.